



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal**

**Processo n.º 36599/2018-e**

**Órgão de Origem: Secretaria de Desenvolvimento Social do DF – SEDES**

**Montante em exame: 0,00 (zero)**

**Assunto: Edital de Concurso Público**

**Ementa: Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 01, publicado no DODF de 27.11.2018. Decisão n.º 5.963/2018: determinação de diligência. Manifestação da jurisdicionada. Requerimento de cidadão. Decisão n.º 489/2019: cumprimento de diligência, improcedência do requerimento conhecido com representação e nova diligência. Decisão n.º 2.343/2019: cumprimento de diligência. Retorno dos autos à SEFIPE para acompanhamento do certame.**

- Acompanhamento do certame.
- Juntada de Editais, inclusive do resultado final.
- Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27/11/2018, que divulgou concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal – código 201 (Peça n.º 1).

2. Na última oportunidade em que se manifestou nos autos, esta Corte, a teor da Decisão n.º 2.343/2019 (Peça 38), deliberou por:

*“I – tomar conhecimento do edital consubstanciado nas peças 31/33; II – ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão n.º 489/19; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe para o acompanhamento do certame. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, IV, do RI/TCDF.”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal**

3. Dando continuidade ao acompanhamento do certame, juntamos aos autos os editais de Peças 41 a 55, relativos a fases intermediárias do concurso, bem como o Edital n.º 23/2019, publicado no DODF de 03/06/2020, que divulgou o resultado final, devidamente homologado, do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição (Peça 56), nos quais não foram detectadas irregularidades.

4. Impende consignar que foram publicados nos DODF's de 14/04/2020 e 06/05/2020, respectivamente, os Editais n.ºs 14 e 19/2020 (Peças 47 e 52), que divulgaram os resultados preliminar e definitivo da prova objetiva, em obediência às Decisões TCDF n.ºs 4145/2019 <sup>1</sup> e 850/2020 <sup>2</sup>, proferidas no Processo 24463/2019-e (já arquivado), no bojo do qual foi considerada procedente representação acerca da não utilização pela banca examinadora do ajuste proporcional estabelecido pelo art. 59 da Lei n.º 4949/2012, quando da anulação de questões de prova.

---

<sup>1</sup> II – ratificando a medida cautelar concedida pelo item II da Decisão n.º 3714/2019, **considerar, no mérito, procedente a Representação n.º 11/2019-G1P, interposta nos autos pelo Ministério Público junto à Corte (peça 3), à luz do conjunto jurídico e probatório carreado ao feito, notadamente em face de a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação-IBRAE, não terem cumprido, em todos os seus termos, as disposições do art. 59 da Lei Distrital n.º 4.949/2012 e do subitem 1.1.3 do Edital de Retificação n.º 3/2018, publicado no DODF de 19.12.2018, em clara violação aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, segurança jurídica, impessoalidade, moralidade e boa-fé objetiva, mormente em face da adoção de novos critérios de correção de prova não previstos no edital normativo do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, nas especialidades Agente Social e Cuidador Social; III – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação-IBRAE, que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) procedam à divulgação de novo resultado preliminar da prova objetiva do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (especialidades Agente Social e Cuidador Social) em fiel observância aos ditames do art. 59 da Lei Distrital n.º 4.949/2012, bem como ao subitem 1.1.3 do Edital de Retificação n.º 3/2018, publicado no DODF de 19.12.2018, com a prática dos atos daí decorrentes, relativas às etapas posteriores do certame; b) adotem a providência descrita na alínea precedente não apenas em relação ao concurso público para Técnico em Assistência Social (Agente Social e Cuidador Social), mas também aos demais concursos públicos realizados pela então SEDESTMIDH na mesma época, a saber: Técnico em Assistência Social (Técnico Administrativo), Especialista em Assistência Social – área meio (Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição) e Especialista em Assistência Social – área fim (Educador Social, Direito e Legislação, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social);**

<sup>2</sup> IV - autorizar: (...); c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal**

5. Por fim, cumpre informar que as admissões decorrentes do presente concurso público serão analisadas em autos próprios conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

Ante o exposto, sugerimos:

I – tomar conhecimento dos editais que integram as Peças 41 a 56, em especial do Edital n.º 23/2020, publicado no DODF de 03/06/2020, que divulgou o resultado final devidamente homologado do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição, regulado pelo Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27/11/2018;

II – autorizar o arquivamento dos presentes autos.

À superior consideração.

Brasília, 30 de junho de 2022.

Jonas Martins Borges Júnior  
ACE. Matrícula 622-0